



DESENVOLVIMENTO RESPONSÁVEL E PARTICIPAÇÃO CONSCIENTE: ESCASSEZ DE ÁGUA E EXPERIÊNCIAS PARTILHADAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAÇU NA BAHIA.

Nilton de Oliveira ¹
Tiago Ribeiro Santos ²
Antônio Puentes Torres ³

RESUMO

O presente texto foi norteado por experiências, entre as quais se incluem a nossa iniciativa de contínuas atividades de campo em cidades baianas no ano 2020, construção que envolve diferentes sujeitos, residentes em espaços rurais e urbanos na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu (BHRP). O trabalho visa incentivar a prática de iniciativas coletivas, de participação consciente em tomadas de decisões que possibilitem o desenvolvimento das comunidades sem o extermínio de bens naturais ainda disponíveis nos espaços da BHRP. A metodologia basilar deste trabalho foi elaborada a partir das observações de campo, a descrição do espaço e as experiências de dois homens e duas mulheres residentes na BHRP. Destarte, é o aprender com as pessoas comuns, com seus saberes e entendimentos conforme Pineau e Grand (2012, p. 27), “O interesse, não são mais, os grandes homens, nem os grandes acontecimentos, mas o cotidiano, a vivência das pessoas comuns que não fazem parte da elite”. Dentre os relatos se destaca o do Sr. Santos em relação a um dos afluentes do rio Paraguaçu, “eu tiro meu sustento e da minha família desse rio, tem muita coisa que mudou por aqui, estão jogando muito veneno nas plantas, a coisa tá que dá medo”. Por conseguinte, nossas diferentes observações a partir da paisagem, dos modos de atuação, das crenças e resistência dos trabalhadores nos espaços urbanos e rurais da BHRP nos apresentam exemplos ímpares da atuação de um povo que diante das adversidades não desiste.

Palavras-chave: Agenda 2030, Gestão das águas, Iniciativas coletivas, Lugar.

RESUMEN

El siguiente texto fue elaborado a partir de nuestras experiencias, incluyendo nuestras actividades de campo en ciudades bahianas en El año de 2020, involucrando a diferentes sujetos, residiendo en espacios rurales y urbanos en la Cuenca Hidrográfica del Río Paraguaçu (CHRP). Este trabajo tiene como objetivo incentivar la práctica de iniciativas colectivas, la participación consciente en las decisiones que posibiliten el desarrollo de las comunidades sin el exterminio de los bienes naturales aún disponibles en los espacios de la CHRP. La metodología de este trabajo partió de observaciones de campo, la descripción del espacio y las experiencias vividas de los hombres y mujeres residentes en la CHRP. Así, se trata de aprender de la gente común, con sus conocimientos y comprensión, según Pineau y Grand (2012, p. 27), “El interés ya no son los grandes hombres, ni los grandes acontecimientos, sino la vida cotidiana, la experiencia de la gente común que no forma parte de la élite”. Entre las denuncias, destaca el señor Santos sobre uno de los afluentes del río Paraguaçu, “Me quito mi sustento y el de mi familia de este río, mucho ha cambiado aquí, están echando mucho veneno en las plantas, la cosa da miedo”. Por ello, nuestras distintas observaciones del paisaje, los

¹ Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal - BA, niltonde@uol.com.br;

² Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal - BA, tiago-ribeiro07@hotmail.com;

³ Doutor pelo Curso de Geografia da Universidade Federal - BA, antoniopuentes@hotmail.com;



modos de acción, las creencias y resistencias de los trabajadores en los espacios urbanos y rurales de la CHRP nos aportan ejemplos únicos del desempeño de un pueblo que no se rinde ante la adversidad.

Palabras clave: Agenda 2030, Gestión del Agua, Iniciativas Colectivas, Lugar.

INTRODUÇÃO

O presente texto foi norteado por experiências, entre as quais se incluem nossa iniciativa de contínuas atividades de campo em cidades baianas no ano de 2020, o que parece uma gestação humana em tempos de pandemia, incertezas e gargalos. Começaram-se as primeiras linhas e diálogos, no mês de março de 2020, o texto se concretiza em dezembro do mesmo ano; período de nove meses, marcados por incertezas e bloqueios; inclusive, espaciais entre cidades, onde se iniciavam os diálogos sobre desenvolvimento, participação, escassez de água e saneamento básico, norteados por experiências de homens e mulheres residentes em espaços da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu, na Bahia.

Era março de 2020, quando se iniciou as primeiras visitas de campo nos municípios: Castro Alves, Itatim, Iaçú, Mucugê e Santa Terezinha, visando dar continuidade a tese de doutoramento em andamento, no Instituto de Geografia da Universidade Federal da Bahia, quando decretos são publicados, “impossibilitando” a continuidade dos trabalhos que se iniciavam; um começo com impedimentos, mas, com diferentes nexos, que continuam com as experiências partilhadas. Iniciavam-se o tão conturbado período do distanciamento social, isolamento, incertezas e medo, tempo de pandemia.

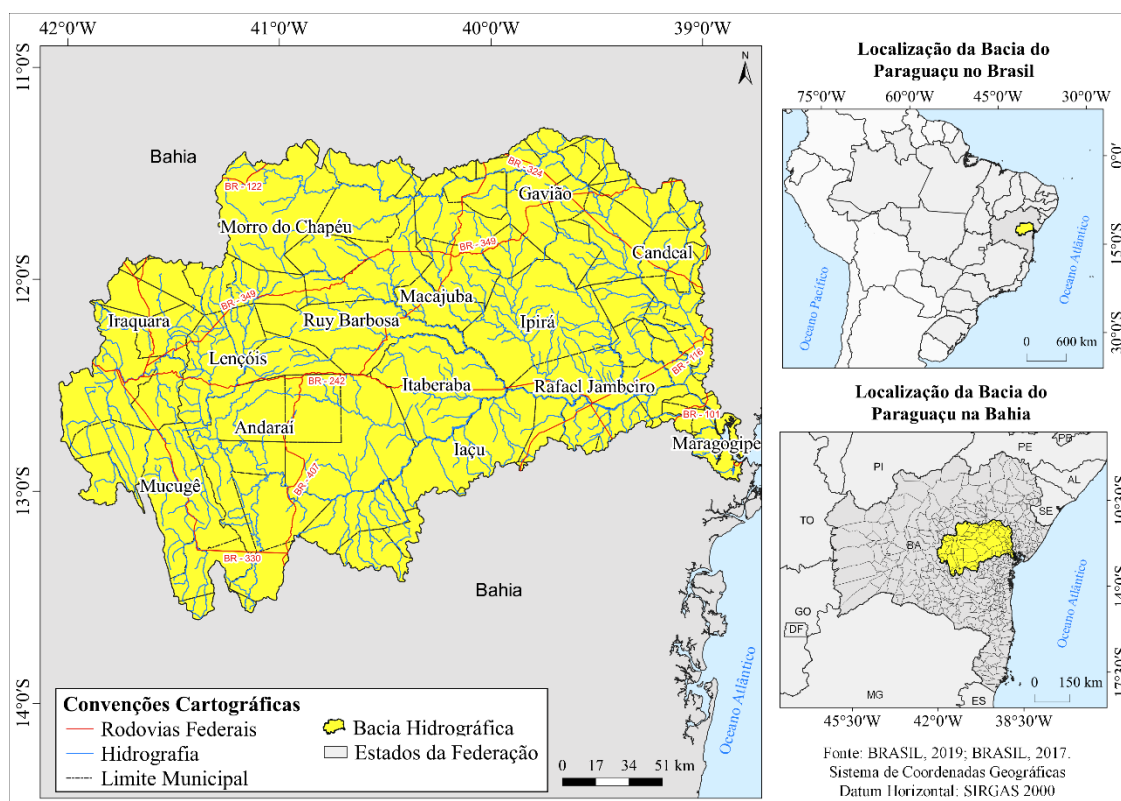
O espaço que compõe a bacia hidrográfica do rio Paraguaçu na Bahia, ambiente marcado por experiências, temporais e espaciais desde a chegada dos portugueses na Baía de Todos-os-Santos no século XVI, onde se encontra a desembocadura do rio Paraguaçu, até os espaços de cabeceiras desse, na serra do Sincorá, onde surgem os principais afluentes da bacia, considerada a mais importante para o estado da Bahia.

O rio Paraguaçu, ou o rio Grande, na língua Tupi Guarani, Guimaraes (2014), tem suas nascentes principais na serra do Sincorá, na porção Leste do estado da Bahia, no município de Barra da Estiva, nas fazendas, Farinha Molhada e Paraguaçu (GONÇALVES, 2014, p. 22).

A bacia hidrográfica do rio Paraguaçu, (Figura 1), doravante denominada BHRP, possui os seguintes limites naturais, de acordo com Pereira (2008), ao Norte, as bacias dos rios São Francisco e Itapicuru; ao Sul limita-se com a bacia do rio de Contas e bacia do Recôncavo Sul; ao Oeste faz limite com as bacias dos rios São Francisco e de Contas; o Leste, os limites são as bacias do Recôncavo Norte, rio Inhambupe e a Baía de Todos-os-Santos.



Figura 1- Localização da área de estudo.



Num total de 55.317 km², cerca de 10,14% do espaço do estado da Bahia, Pereira (2008), drenando terras de oitenta e oito municípios com características dos biomas: Mata Atlânticas, Cerrado e Caatinga, a BHRP está se transformando cada vez mais num espaço de conflitos desde as terras na porção alta, onde se encontra o Polo Agrícola da Chapada Diamantina, conforme a Organização Não Governamental – ONG, SOS Águas da Chapada, até o estuário, espaços a jusante da barragem de Pedra do Cavalo onde se encontram dezenas de comunidades ribeirinhas que dependem da existência do rio para viver. Desde a Serra do Sincorá até a Baía de Todos-os-Santos a BHRP é marcada por nexos e contrastes entre: relevo, vegetação, solos e climas, diferentes matizes que determinam a paisagem do lugar.

Na porção alta da bacia, a partir do município de Barra da Estiva, predominam terras altas, remanescentes de Mata Atlântica, solos bem desenvolvidos, exemplos os latossolos; clima úmido, pluviosidade anual superior a 1.500 mm anuais (BAHIA, 2011).

Na porção média da bacia, onde se encontram os municípios de Iaçú, Ipirá, Itaberaba, Itatim, Milagres, dentre outros, predomina o relevo de planícies, onde quase não existem elevações significativas. A vegetação de caatinga, como a crioula, macambira, mandacaru e umbuzeiro são espécies presentes nas margens das rodovias: BRs 116 - (Itaim x Milagres),



242 (Itaberaba x Rafael Jambeiro) e as BAs - 046 (Iaçu x Itaberaba) e 233 (Ipirá x Itaberaba) onde, predominam as temperaturas elevadas, baixas pluviosidades anuais e ocupação humana dispersa. Observa-se nesses espaços o que escreveu Ab'Sáber (2003, p. 83), ao se referir aos sertões brasileiros “A originalidade dos sertões no Nordeste brasileiro reside num compacto feixe de atributos: climático, hidrológico e ecológico”.

Na porção baixa da bacia, nos espaços mais próximos à desembocadura do rio Paraguaçu, existem diferentes cenários, velhos problemas. As marcas da colonização portuguesa são destaques, desde o cultivo da cana-de-açúcar nos municípios de Cachoeira e São Félix, as fazendas de criação de gado bovino nos municípios de Governador Mangabeira e Muritiba à beleza arquitetônica e riqueza cultural da cidade de Cachoeira com seus sobrados e igrejas centenárias. Nesses municípios já próximos à foz do rio Paraguaçu, tanto o tipo de clima, úmido quanto as pluviosidades anuais superiores a 1.200 mm, são bem semelhantes ao que se observam na porção alta da bacia, onde se encontram as nascentes de cabeceiras do rio Paraguaçu (BAHIA, 2011).

As descrições e experiências contidas no texto fazem parte do aprendizado que se têm adquirido em visitas continuadas, num período de três décadas e algumas dezenas de atividades de campo com estudantes da disciplina Geografia no ensino básico e superior, oportunidades que sempre se procuram dialogar com homens e mulheres residentes no referido espaço buscando-se associar a importância do rio, o desenvolvimento e, iniciativas comunitárias em defesa dos bens naturais: a água, a vegetação, o solo, etc., observando-se elementos físicos para se compreender a produção do espaço a partir da atuação e entendimentos de diferentes sujeitos, numa relação dialética que pode ser associada tanto à Geografia Física quanto à Geografia Humana, se é que essa dualidade ainda prevalece nessa segunda década do século XXI.

O texto é uma construção que envolve diferentes sujeitos, residentes em espaços rurais e urbanos na referida bacia. Homens e mulheres que socializam experiências, angústias e iniciativas, falam sobre escassez de água, saneamento básico e desenvolvimento responsável e tem por objetivo, incentivar a prática de iniciativas coletivas, de participação consciente em tomadas de decisões que possibilitem o desenvolvimento das comunidades sem o extermínio de bens naturais ainda disponíveis nos espaços da bacia BHRP.

METODOLOGIA



Observações de campo, a descrição do espaço e as experiências de dois homens, e duas mulheres residentes na BHRP, compõe a trilogia metodológica basilar escolhida para o desenvolvimento do texto. Interessa-nos o entendimento de Sauer ao afirmar que “[...] estamos interessados naquela parte da paisagem que nos diz respeito como seres humanos porque nós somos parte dela, vivemos com ela, somos limitados por ela e a modificamos” (SAUER, 2004, p. 29).

Experiências partilhadas por diferentes sujeitos são basilares em nossa pesquisa, tornando possível o conhecimento da realidade de escassez de água, saneamento básico, desenvolvimento e gestão na referida bacia.

REFERENCIAL TEÓRICO

Entende-se que as experiências socializadas são aprendizados contínuos, dado que, sempre se busca por meio da observação e escuta, aprender, compreender, interagir, quiçá, contribuir. É o aprender com as pessoas comuns, com seus saberes e entendimentos conforme escrevem Pineau e Grand (2012, p. 27), “O interesse, não são mais, os grandes homens, nem os grandes acontecimentos, mas o cotidiano, a vivência das pessoas comuns que não fazem parte da elite”.

Os propósitos da Agenda 2030 interessam-nos, sobretudo, o objetivo (6) seis, “Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos”. Nesse mesmo objetivo, na meta (6.b) está escrito: “Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento”. (ONU, AGENDA 2030). Importantes possibilidades que carecem de serem amplamente discutidos nas comunidades para que não se torne mais um documento possível de encalhar nos escritórios de instituições e órgãos de tomadas de decisões em nome de comunidades que atuam nos espaços onde leis e projetos são sinônimos de gargalos, de disputas de interesses permeados pela lógica do capitalismo e do ‘agro pop’.

Ao se falar em espaço e lugar, é pertinente apresentar alguns entendimentos. Tuan, no livro espaço e lugar a perspectiva da experiência, (2013, p. 96) destaca: “Quando o espaço nos é inteiramente familiar, se transforma em lugar”. Espaço, uma construção em que é possível inserir nexos e marcas associadas às experiências passadas e presentes, resultado de propostas de desenvolvimento e participações em tomadas de decisão.

No mesmo livro, (p. 28), o autor escreve: “O lugar é um tipo de objeto”. É no sentido de objeto, rico de marcas e nexos que nos interessa apresentar a BHRP, lugar que se confunde



com a História do Brasil, desde a chegada do europeu no século XVI; quando encontraram e deram nome à foz do rio Paraguaçu– Baía de Todos-os-Santos.

Desde o século XVI, até esse início de segunda década do século XXI, o desenvolvimento por vezes sem limites, visando atender aos interesses do capital externo compromete todos os tipos de vida na BHRP, eliminando florestas, exterminando espécies, contaminando solos e águas, secando córregos e rios em nome do que entendem por desenvolvimento.

Sobre desenvolvimento, entende-se ser necessário um enfoque diferente do tão falado desenvolvimento sustentável. A proposta é desenvolvimento responsável e participação consciente. Assim como, escreve Borba (2002, p. 481), desenvolvimento é “criação; execução; progresso” e participação é “comunicação; atuação; contribuição na realização de uma atividade”.

Cada uma das definições acima poderá ser empregada da melhor forma para expressar o que se entende por desenvolvimento e por participação. Execução e atuação são basilares para o que se assimila por desenvolvimento responsável, tanto na ação ‘executar’ como no ‘atuar’, nos parece ser indispensável o envolvimento de sujeito(s) que tomarão decisões, atuarão a partir dos seus espaços/lugares. Isso é o agir local que transforma o espaço/lugar, conforme (TORRES.; LIAMARA, C.; OLIVEIRA, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A BHRP, espaço de cantos e encantos, de derrotas e vitórias, lugar que inspirou e inspira homens e mulheres que acreditaram e acreditam que sonhar é possível, realizar ou não o sonho, pode ser uma consequência a exemplo das escolhas. Aqui, é oportuno apresentar uma “reflexão” do saudoso professor Antônio Jorge Portugal, no ano de 2020, “É possível sonhar um mundo novo, quando a realidade nos apresenta adversa e opressora”. Adversidades e opressões são marcas espaciais e temporais em espaços da porção baixa da BHRP, exemplo, a cidade de Cachoeira no século XIX, na oportunidade da Guerra da Independência, conforme o Instituto de Pesquisa Econômica – IPEIA, artigo “Guerra que orgulha a Bahia”.

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU, pode ser associada aos propósitos do saudoso professor Jorge Portugal, o qual, numa emissora de televisão alguns meses antes da sua morte no ano 2020, citou: “É possível sonhar um mundo novo, quando a realidade nos apresenta adversa e opressora”. A ideia de Portugal prevalece entre homens e mulheres que lutam pela continuidade dos bens naturais, pela participação consciente e pela vida, apesar das adversidades e opressões cotidianas, inclusive a pandemia.



Os dezessete (17) objetivos da Agenda 2030, bem como as cento e sessenta e nove (169) metas, ao que nos parecem podem ser facilmente associadas a essa esperança de um mundo novo, apesar das adversidades e opressões.

É por se acreditar em transformações, em possibilidades de dias melhores para a coletividade a partir de envolvimento responsáveis e participação conscientes que se entende ser necessário propor uma reflexão sobre o que se entende por desenvolvimento responsável, desenvolver sem os excessos praticados por defensores da economia capitalista que envenenam as águas, flora, fauna e solos em nome do agro pop que produz para a exportação.

É muito presente, até mesmo repetitivo, a expressão desenvolvimento sustentável em muitos planos e projetos, sobretudo, quando originados em gabinetes de governos ou de instituições financiadoras. Na própria Agenda 2030, logo na introdução se lê “Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”. Sustentável em quê? Sustentável, para quem?

Vale ressaltar que entre tantos documento e relatórios eivados de propósitos do desenvolvimento sustentável, o Relatório da Comissão Brundtland que tem como título, Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial de Meio Ambiente do ano 1987 é um desses relatórios que não deve passar despercebido, uma vez que, com o passar dos anos, se percebe cada vez mais que, interesses capitalistas norteiam o que é apresentado como sendo desenvolvimento sustentável no citado Relatório. Nisso, se concorda com Hanai (2012) ao afirmarem que:

Os desafios reais do desenvolvimento sustentável são pelo menos tão heterogêneos e complexos quanto à diversidade de sociedades humanas e de ecossistemas naturais em todo o mundo. Como um conceito, sua maleabilidade permite permanecer uma ideia aberta, dinâmica e envolvente que pode ser adaptada e servir em muitas diferentes situações e contextos no espaço e no tempo (HANAI, 2012, p. 202).

Esse tão citado desenvolvimento sustentável, ao nosso entendimento, excessivamente carregado de “alegorias” e pouco conteúdo, se “substituído” por desenvolvimento responsável resultará em inovações com possibilidades de envolvimento de diferentes segmentos sociais, os quais se sentirão responsáveis pelo que esperam dos gestores, do futuro dos bens naturais, das transformações possíveis de serem almejadas em seus espaços, isso, a partir de uma participação consciente e responsável, sem desprezar as realidades adversas e opressoras, mesmo naturais: secas, enchentes, pragas e outras.

Nesse sentido, se entende ser possível uma proposta diferente de desenvolvimento e de participação, em que o novo, deve ser entendido como um processo, a ser construído em etapas, construção na qual seja possível identificar contribuições de diferentes sujeitos. Desenvolvimento ‘sustentável’ e participação carecem de ‘olhares’, sobretudo, nos espaços



mais cobiçados pelas rapinas capitalistas, onde ainda existe água e remanescentes de solos de boa qualidade, a exemplo, nas porções alta e baixa da BHRP.

Em relação à escassez de água e saneamento básico na BHRP, interessa-nos o que escreveu Guimarães (2014, p. 202), em sua tese de doutoramento. “Não se imaginava o quanto a exploração desmedida e a investida mercadológica [...] tivesse uma raiz com imensos desdobramentos sobre o ambiente social e natural do território em questão”. ‘Território’ ao qual a autora se refere, a BHRP.

Ao refletir as conclusões de Guimarães, situações adversas nos despertam: espanto da pesquisadora diante da realidade; as influências do capital; nexos entre o social e o natural no espaço, situações que convergem nos quatro relatos que enriquecem este texto.

No que se refere ao Alto Paraguaçu, uma das preocupações que tem sido levantada, em algumas plenárias na região, é com relação à segurança na disponibilidade hídrica subterrânea, uma vez que a demanda de poços tem crescido de forma exponencial na Chapada Diamantina. Se o dado ou estudo que evidencia a mensuração dessa disponibilidade existe, seja por parte do Governo Estadual, gestor das águas, ou por parte do Agronegócio que realiza pesquisas para prospecção de sua produção, ele não é amplamente socializado. Não há um estudo disponibilizado que considere a dimensão do corpo hídrico subterrâneo acessado, as atividades, usuários e a capacidade de sustentabilidade da utilização cumulativa desse bem comum, água (informação verbal)⁴.

Várias outras contribuições nos foram dadas por Vilar (2021) - ativista ambiental residente na porção alta da BHRP, conforme segue,

Essa preocupação não está só relacionada às atividades agropecuárias. A maioria das cidades da região do Alto Paraguaçu vivem de águas subterrâneas, é bem possível que a maioria delas, não tenham dados que garantam esse abastecimento a longo prazo. Não se sabe, por exemplo, qual é a profundidade que se acessa a água de lençol artesiano e a água de lençol subterrâneo, muitas nascentes têm tido sua vazão diminuída na região e não se sabe objetivamente, se teria relação com o aumento de poços perfurados no nível artesiano, ou se é a acumulação de várias captações, sendo elas outorgadas ou não (informação verbal)⁴.

Ainda na porção que se considera alto do Paraguaçu, dentre outros diálogos, o agricultor e garimpeiro, o Sr. Santos (2020), o Peneirinha, destaca a situação em que se encontram muitos dos afluentes do rio Paraguaçu, a exemplo do rio Santo Antônio. “eu tiro meu sustento e da minha família desse rio, tem muita coisa que mudou por aqui, estão jogando muito veneno nas plantas, a coisa tá que dá medo”. Outro recorte importante na fala

⁴ Entrevista concedida por Villar, D. Entrevista I. [jan. 2021]. Entrevistador: Nilton de Oliveira. Salvador, 2021.



do Sr. Santos diz respeito aos barramentos e práticas agrícolas em espaços ‘preservados’ por lei, a exemplo as nascentes e margens de riachos.

Há uns trinta anos não se via tanta briga, tanta ameaça, depois que muita gente começou a vender as terras para esses grandes que chegam não se sabe de onde tem dado muitos problemas. Eu sei de comunidades humildes aqui perto (comunidade de Remanso há 10 km da cidade de Lençóis) que estão tendo sérios problemas com os vizinhos, os riachos estão secando todos com tanta barragem e tanto poço, está virando uma guerra (informação verbal)⁵.

Vale lembrar que tanto Vilar (2021), quanto Santos (2020) confirmam os achados de Oliveira et al. (2019), quando na oportunidade, com base no Relatório de Segurança de Barragem (RSB) da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, afirmam: “na BHRP se encontram mais de 31% das barragens cadastradas no estado da Bahia, sendo que somente no território do município de Mucugê se encontram 11% do total de barragens cadastradas na Bahia”.

Na porção média da BHRP, nossos diálogos com moradores e moradoras ocorrem com frequência. É nesse espaço onde se têm realizado dezenas de atividades de campo com estudantes e professores de diferentes séries e disciplinas que já se têm uma identidade com trabalhadores e trabalhadoras tanto em ambientes rurais quanto urbanos. Nessas oportunidades de verdadeiro aprendizado fora das paredes da escola é possível se verificar, não só por meio das falas, mas, também por gestos, movimentos corporais, interrupções de falas, raciocínio, o quanto as pessoas simples sabem dos seus espaços/lugares.

Da cidade de Iaçú, maior sítio urbano ‘cortado’ pelo rio Paraguaçu, com população de 25.736 habitantes e, índice de esgotamento sanitário de 28,6% (BRASIL, 2020), a grande preocupação de moradores e moradoras diz respeito à situação do esgotamento sanitário da cidade uma vez a maioria dos rejeitos domésticos, comerciais e até de pequenas indústrias são lançados diretamente no leito do rio não havendo nenhum tipo de tratamento.

Numa oportunidade de diálogo com uma moradora da cidade de Iaçú, Souza (2021)⁶, ela apontou para tubulações de esgotos domésticos canalizados diretamente para o rio e disse: "Está vendo aquela vergonha lá? Aqui é assim, jogam de tudo no rio, porque o rio leva tudo lá

⁵ Entrevista concedida por Santos, J. dos. Entrevista II. [jan. 2020]. Entrevistador: Nilton de Oliveira. Salvador, 2020.

⁶ Entrevista concedida por Santos, J. dos. Entrevista III. [jan. 2020]. Entrevistador: Nilton de Oliveira. Salvador, 2020.



para baixo: é pneu, geladeira fogão, jogam até gente!”. Esse leva tudo lá para baixo é no sentido porção baixa da bacia, onde se encontra a barragem de pedra do Cavallo.

Ainda conforme Souza 2021, em muitos espaços do município onde existem riachos e nascentes, os proprietários de terras não respeitam os limites definidos em lei no que se referem às Áreas de Proteção Permanentes – APPs, ambientes que deveriam ser preservados segundo a Lei 12.661 de 25 de maio de 2012, conforme o Art. 4º “Considera-se Áreas de Preservação Permanentes, em zonas rurais ou urbanas [...] as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene ou intermitente, excluídos os efêmeros, [...] a) 30 (trinta) metros, para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura”.

Do município de Castro Alves, também na porção média da BHRP, dentre outras colaborações, o biólogo, professor da rede pública de ensino e vice-presidente do Comitê de Bacias do Recôncavo Sul da Bahia, Filho (2020), nos traz os seguintes ensinamentos:

Os principais impactos socioambientais referentes às atividades de mineração na região do rio Paraguaçu comunidades do Riacho da Légua, Timborinha, Porto da Passagem, Salgado, Lagoa do Sítio, limites os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu e Rafael Jambeiro, inseridas no bioma caatinga são: supressão de vegetação, degradação do solo, emissão de particulados no ar prejudicando as comunidades próximas ou mesmo no roteiro das máquinas, ocorre também uso de explosivos que causam, perda de habitat da fauna e flora, poluição sonora, contaminação dos lençóis freáticos, degradação de áreas de preservação permanente APPs (informação verbal)⁷.

Ainda conforme Filho (2020), atuações dos Poderes Públicos e da Sociedade ainda são ineficientes no que se refere às fiscalizações e autuações em favor dos bens naturais no município de Castro Alves, conforme relatou:

Vale ressaltar que a cidade de Castro Alves possui Sistema Municipal de Meio Ambiente, e realiza Licenciamento Ambiental, fator muito importante quando exercida a gestão ambiental participativa, para mitigar os impactos ambientais dos empreendimentos. Contudo, por uma série de fatores, a fiscalização e o monitoramento desses empreendimentos ainda são ineficientes, tanto por parte dos Poderes Públicos quanto da Sociedade Civil organizada (informação verbal).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁷ Entrevista concedida por Filho, A. S. N. Entrevista IV. [jan. 2020]. Entrevistador: Nilton de Oliveira. Salvador, 2020.



As experiências apresentadas no presente texto fazem parte do nosso aprendizado continuado, é o conhecimento exercitado cotidianamente com os sujeitos do lugar. Um ‘caminho’ que vem sendo construído por diversas mãos há cerca de quatro décadas; experiências que foram, ‘interrompidas’ em parte, nesse tempo de pandemia em que nossos diálogos aconteceram por caminhos alternativos tendo que ser respeitados: decretos, interdições, distanciamentos, medos e incertezas.

Nossas diferentes observações a partir da paisagem, dos modos de atuação, das crenças e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras nos espaços urbanos e rurais da BHRP nos apresentam exemplos ímpares da atuação de um povo que diante da adversidade e da opressão não desiste. Na pandemia se cuidam, não deixam de ir à luta, a roça e a feira funcionam; em oportunidades de opressões resistem, nas diferentes ‘faltas’ buscam.

As contribuições de Villar (2021) e Santos (2020) no que se referem à exploração das águas e das terras de cabeceiras da BHRP a exemplo no rio Santo Antônio bem como o avanço nas Áreas de Preservação Permanentes – APPs, citada por Souza (2020), assim como a contribuição de Filho (2020), que destaca a atuação desordenada de mineradoras no município de Castro Alves são exemplos de necessidades que a comunidade enxerga em seus espaços.

A atuação deficiente dos gestores não passa despercebida, isso têm se observado em diferentes oportunidades de diálogos com moradores e moradoras de muitos municípios da referida bacia.

Reconstruir a Agenda 2030 será uma oportunidade em que gestores e sociedade se juntem e encontrem possibilidades de um desenvolvimento responsável e participação consciente onde todas as pessoas possam participar de tomadas de decisão, atuando e executando, quando o interesse em jogo for os bens naturais. E que as leis tão bem elaboradas sejam colocadas em prática em favor de todas e todos; que os gestores municipais e o Estado sejam mais responsáveis pelo envolvimento consciente do homem e da mulher que se encontram desde a base até o topo da pirâmide dos interesses que envolvem direto ou indiretamente os bens da natureza.

REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, A. N. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.



BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Estatística dos municípios baianos. Salvador: SEI, 2011. V 16.

BORBA, F. S. **Dicionário de usos do Português do Brasil**. Editora Ática, São Paulo, 2002.

BRASIL. **Base Cartográfica Contínua do Brasil, escala 1:250.000**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. 2019. Disponível em <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa222602>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

BRASIL. **Base Hidrográfica Ottocodificada Multiescalas**. Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico - ANA. 2017. Disponível em <<https://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/metadata.show?id=267&currTab=distributio>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BRASIL. **Relatório de Segurança de Barragens 2020**. Agência Nacional de Águas e Saneamento - ANA. 2020. Disponível em: <<https://www.snisb.gov.br/relatorio-anual-de-seguranca-de-barragem>> Acesso em: 10 ago. de 2021.

FILHO, A. S. N. dos. depoimento [abr. 2020]. Entrevistador: Nilton de Oliveira. Salvador. Entrevista parte da tese de doutorado de Nilton de Oliveira – Universidade Federal da Bahia.

GONÇALVES, M. J. de S. **Gestão quantitativa das águas superficiais da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu no estado da Bahia - Brasil**. 2014. 167f. Tese (Doutorado em Geologia) - Programa de Pós-Graduação em Geologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia. 2014. Disponível em <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21527>>. Acesso 06 jan. de 2019.

GUIMARÃES, R.M.A.M. **Ética, política e conflitos socioambientais às margens do baixo Paraguaçu**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão Sergipe, 2014.

HANAÍ, F. Y. **Desenvolvimento Sustentável do Turismo: conceitos, reflexões e perspectivas**. In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. V.8, n1, Taubaté, São Paulo 2012.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: [www//naçõesunidas.org](http://www.nacoesunidas.org). Acesso em 20 de maio de 2020.

PEREIRA, M. do C. N. **Composição do Comitê da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu - Bahia: análise da origem geográfica e do setor econômico representado por seus membros como fatores intervenientes na gestão participativa de recursos hídricos**. 2008. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília.

PINEAU, Gaston e GRAND, Jean Louis Le. **As Histórias de Vida**, tradução de Carlos Eduardo Galvão Braga e Maria da Conceição Passeggi – Natal, RN: EDUFRAN, 2012.

SAUER, C. O. **A morfologia da paisagem**. IN: Paisagem, tempo e cultura- organizadores, Roberto Lobato Côrrea, Zeny Rosendahl 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.



SANTOS, J. dos. depoimento [abr. 2020]. Entrevistador: Nilton de Oliveira. Salvador. Entrevista parte da tese de doutorado de Nilton de Oliveira – Universidade Federal da Bahia.

SOS Águas da Chapada Diamantina. Organização Não Governamental – ONG, com atuação em municípios da Chapada Diamantina na Bahia.

SOUZA, Z. depoimento [abr. 2020]. Entrevistador: Nilton de Oliveira. Salvador. Entrevista parte da tese de doutorado de Nilton de Oliveira – Universidade Federal da Bahia.

TORRES, A.P.; LIAMARA, C.; OLIVEIRA, N. de. **Modalidades de usos e danos potenciais associados a barragens no rio Paraguaçu na Bahia: o caso de Ibicoara e Mucugê.** IN: anais do XIII ENANPEG. São Paulo, 2019.

TUAN. Y. F. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência; Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

VILLAR, D. depoimento [abr. 2020]. Entrevistador: Nilton de Oliveira. Salvador. Entrevista parte da tese de doutorado de Nilton de Oliveira – Universidade Federal da Bahia.